

Redes sociotécnicas: acesso à informação e as políticas de Internet

Raul Marques Leite de Souza

Universidade Federal da Bahia, Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação,
Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2955-5881>

raul.marques@ifba.edu.br

Bárbara Coelho Neves

Universidade Federal da Bahia, Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação,
Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3429-7522>

babi.coelho7@gmail.com

Ricardo Coutinho Mello

Universidade Federal da Bahia, Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação,
Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3265-6595>

rcmello@ufba.br

ARTIGOS

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n2.2024.53825>

Recebido/Recibido/Received: 2024-02-06

Aceito/Aceptado/Accepted: 2024-05-06

Publicado/Publicado/Published: 2024-07-31

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os princípios teóricos acerca da utilização da Internet como meio de acesso à informação em redes sociotécnicas. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva desenvolvida a partir da revisão bibliográfica que favoreceu à constatação de que existem redes sociotécnicas compostas por humanos e não humanos e que se utilizam da Internet como meio de acesso à informação. As redes sociotécnicas são constituídas por elementos tecnológicos, sociais e culturais que interagem de forma interconectada e interdependente dada pela interação humana com a tecnologia. As políticas de Internet estão relacionadas com as regras, normas e regimentos para o uso da rede. Na contemporaneidade, as conexões são construídas com maior engajamento, facilidades e compartilhamentos por meio do ciberespaço. E esta realidade só se torna possível com o auxílio das ferramentas digitais conectadas. As redes sociotécnicas se proliferam por meio de conferências, parcerias, cruzamento de dados e informações, fusões etc. Com o método do estudo, analisou-se artigos científicos na área de Ciência da Informação e tecnologias sociais para Internet com base nos repositórios da área, a exemplo da Base de Dados em Periódicos em Ciência da Informação – Brapci, considerando os últimos 10 anos. Conclui-se com este estudo que, existe uma necessidade de se ter uma arquitetura e/ou uma infraestrutura adequada para a concretização das redes sociotécnicas, com políticas públicas para acesso e uso da informação e comunicação eficazes para atender a uma demanda contemporânea, como

preconiza a Constituição Federal (1988). Só assim, pode-se construir com equidade redes sociotécnicas potentes com o auxílio da Internet e seus dispositivos digitais.

Palavras-chave: Redes sociotécnicas. Acesso à informação. Políticas públicas. Internet.

Redes sociotécnicas: acceso a la información y las políticas de internet

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar los principios teóricos sobre el uso de Internet como medio de acceso a información en redes sociotécnicas. Se caracteriza por ser una investigación descriptiva desarrollada a partir de una revisión bibliográfica que favoreció la observación de que existen redes sociotécnicas compuestas por humanos y no humanos y que utilizan Internet como medio de acceso a información. Las redes sociotécnicas están conformadas por elementos tecnológicos, sociales y culturales que interactúan de manera interconectada e interdependiente dada por la interacción humana con la tecnología. Las políticas de Internet están relacionadas con las reglas, estándares y regulaciones para el uso de la red. En la época contemporánea, las conexiones se construyen con mayor compromiso, facilidad y compartición a través del ciberespacio. Y esta realidad sólo es posible con la ayuda de herramientas digitales conectadas. Las redes sociotécnicas proliferan a través de conferencias, asociaciones, cruce de datos e información, fusiones, etc. Con el método de estudio se analizaron artículos científicos en el área de Ciencias de la Información y tecnologías sociales para Internet a partir de repositorios del área, como la Base de Datos de Revistas de Ciencias de la Información – Brapci, considerando los últimos 10 años. Se concluye de este estudio que existe la necesidad de contar con una arquitectura y/o infraestructura adecuada para la implementación de redes sociotécnicas, con políticas públicas de acceso y uso de la información y comunicación efectiva para satisfacer las demandas contemporáneas, tal como lo recomienda el Gobierno Federal. Constitución (1988). Sólo así se podrán construir de manera equitativa poderosas redes sociotécnicas con la ayuda de Internet y sus dispositivos digitales.

Palabras clave: Redes sociotécnicas. Acceso a la información. Política pública. Internet.

Sociotechnical networks: access to information and internet policies

Abstract

This work aims to present the theoretical principles regarding the use of the Internet as a means of accessing information in sociotechnical networks. It is characterized as a descriptive research developed from a bibliographical review that favored the observation that there are socio-technical networks composed of humans and non-humans and that use the Internet as a means of accessing information. Sociotechnical networks are made up of technological, social and cultural elements that interact in an interconnected and interdependent way given by human interaction with technology. Internet policies are related to the rules, standards and regulations for using the network. In contemporary times, connections are built with greater engagement, ease and sharing through cyberspace. And this reality only becomes possible with the help of connected digital tools. Sociotechnical networks proliferate through conferences, partnerships, data and information crossing, mergers, etc. With the study method, scientific articles in the area of Information Science and social technologies for the Internet were analyzed based on repositories in the area, such as the Information Science Journal Database – Brapci, considering the last 10 years. It is concluded from this study that there is a need to have an adequate architecture and/or infrastructure for the implementation of socio-technical networks, with public policies for access and use of information and effective communication to meet contemporary demands, as recommended the Federal Constitution (1988). Only in this way can powerful socio-technical networks be built equitably with the help of the Internet and its digital devices.

Keywords: Sociotechnical networks. Access to information. Public policy. Internet.

1 Introdução

As redes sociotécnicas são constituídas por elementos tecnológicos, sociais e culturais que interagem de forma interconectada e interdependente dada pela interação humana com a tecnologia. Esta aplicabilidade está em voga na atualidade, caracterizada pelos avanços

tecnológicos e pela facilidade de acesso à informação digital, promovida pelo uso desenfreado da Rede Mundial de Computadores, a Internet.

Por outro lado, as políticas de Internet, como parte integrante de uma política de informação, estão relacionadas com as regras, normas e regimentos para o uso da rede. Na contemporaneidade, as conexões são construídas com maior engajamento, facilidades e compartilhamentos por meio do *ciberespaço*. E esta realidade só se torna possível com o auxílio dispositivos digitais conectadas, que favorece as redes sociotécnicas a se expandir por meio de conferências, parcerias, cruzamento de dados, informações, fusões etc.

Contudo, as redes sociotécnicas são sistemas complexos que envolvem a interação dos atores humanos e não humanos (tecnológicos) para produção, disseminação e consumo de informações. Desde modo, o acesso à informação se dará pela capacidade dos indivíduos em obter informações relevantes e significativas para as suas demandas, como por exemplo na sua vida cotidiana, na educação, na participação política, entre outros aspectos, que estimula a demanda pelo uso da Internet.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os princípios teóricos acerca da utilização da Internet como meio de acesso à informação em redes sociotécnicas. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva desenvolvida a partir da revisão bibliográfica que favoreceu à constatação de que existem redes sociotécnicas compostas por humanos e não humanos e que se utilizam da Internet como meio de acesso à informação.

2 Fundamentação teórica

2.1 Redes Sociotécnicas e Acesso à Informação

As redes sociotécnicas são elementos sociais e técnicos, são formadas por interações entre pessoas, grupos e tecnologias, que destaca a interação complexa e dinâmica entre elementos humanos e não humanos em um contexto específico. Essa visão busca compreender como as relações sociais e os elementos não humanos, como a tecnologia por exemplo, se entrelaçam e influenciam mutuamente, moldando as práticas e os comportamentos dos indivíduos e grupos dentro de uma rede. Nesse sentido, as políticas de internet estão intrinsecamente relacionadas, pois são determinantes na governança, regulação e direcionamento da estrutura e dos fluxos de informações na rede.

Latour (1994 *apud* Silva; Cerqueira Barbosa, 2018, p. 2) nos apresenta as redes sociotécnicas como uma “interconexão de pessoas e objetos ou coisas” (atores da rede), que determina o arcabouço das redes sociotécnicas, na qual o “ser humano seria mais um nó numa estrutura não-linear, sempre aberta a novos componentes” (Medeiros; Ventura, 2008, p. 6). Com isso, percebe-se a relação existente entre os atores da rede, através das conexões

estabelecidas pelas interações sociais e que promovem um efeito significativo na rede, de modo a modificar seu entorno.

Essa fundamentação se baseia na Teoria Ator- Rede (TAR) ou *Actor Network Theory* (ATR), de Bruno Latour na década de 1980, como resultante de estudos que relaciona a Ciência com a tecnologia, em um processo que buscou submeter a tecnologia ao exame da sociologia, “com ênfase em seu processo de construção em uma perspectiva de rede sociotécnica” (Araújo, 2014, p. 2).

Não obstante, as redes estão presentes neste trabalho e seu estudo se dá de forma progressiva pelo uso da Internet, como força motriz de seu funcionamento. Por isso, faz-se necessário destacar a conexão das redes em um contexto social, pois a disseminação da informação no aparato tecnológico da atual sociedade é fator motivador para este estudo. Por este motivo, as redes se caracterizam como coletivos híbrido (Latour, 1994 *apud* Jesus; Simeão; Martins, 2016), pois são constituídas por indivíduos que representam seu contexto social bem como outros atores que emergem na atualidade.

A mídia social (rede social digital), como o *Facebook* ou o *Twitter*, configura-se então como uma rede sociotécnica, pois nela os usuários interagem com a plataforma (tecnologia), compartilham informações, se conectam com outros indivíduos e seguem figuras públicas (elementos sociais). A plataforma, por sua vez, coleta dados dos usuários, os quais alimentam algoritmos que personalizam o conteúdo exibido a cada indivíduo (Zuboff, 2019). Assim, a interação social e a tecnologia se combinam para criar um ecossistema complexo, onde as ações individuais e coletivas moldam a experiência geral da rede.

“A internet pode ser vista como uma **rede sociotécnica** ao viabilizar e potencializar a interação e a comunicação entre as pessoas numa estrutura autorreguladora reticulada. A tecnologia que ela envolve, as conexões e os nós técnicos e sociais por ela formados lhe servem de sustentação e, ao mesmo tempo, são sua razão de existir” (Medeiros; Ventura, 2008, p. 68).

As redes sociais digitais (mídias sociais) emergem neste conjunto, quando relacionam o propósito de interação social com uso da Internet, pois tem a finalidade de conectar pessoas onde quer que elas estejam, através dos diversos dispositivos para uso da informação, como por exemplo um *smartphone* ou um *notebook*. A tabela 1 demonstra algumas das principais redes sociais digitais.

Tabela1– Algumas redes sociais digitais

Rede Social	Descrição da Rede
Facebook (facebook.com)	O <i>Facebook</i> é a rede com maior número de usuários ativos mensal até o fim de 2020, com a impressionante marca de 2.8 bilhões; é uma plataforma que une interação de pessoas por meio de perfis pessoais e profissionais, onde seus usuários compartilham pensamentos, vídeos, imagens, notícias, produtos para vender, podem se divertir com jogos <i>online</i> com seus amigos que participem da rede, podem acompanhar seus artistas e assuntos favoritos, criar grupos e eventos, uma infinidade de interações
Instagram (instagram.com)	É uma rede com foco no compartilhamento de imagens e vídeos, possuindo recurso de compartilhar, comentar e curtir as publicações de seus amigos que utilizam essa rede (faz parte do grupo Meta).
Messenger (messenger.com)	Uma rede com foco na troca de mensagens instantâneas entre duas pessoas ou mais, desenvolvida para integrar o sistema <i>Facebook</i> , tornou-se algo a parte dele, mas seu foco permanece como produto <i>Facebook</i> . (faz parte do grupo Meta)
WhatsApp (web.whatsapp.com)	O <i>WhatsApp</i> é outra rede desenvolvida para a troca de mensagens instantâneas bastante popular que utiliza o número de celular do usuário como perfil, possuindo recursos de <i>emojicons</i> , compartilhamento de imagens, vídeos, áudios de voz, vídeo chamada e ligação. (faz parte do grupo Meta). É o único dessa lista que começou como aplicativo de dispositivos móveis e depois que virou um recurso de acesso pelo <i>www</i> .
LinkedIn (linkedin.com)	O <i>LinkedIn</i> é uma rede bastante similar ao <i>Facebook</i> , porém seu foco é <i>networking</i> empresarial, como maneira de troca de experiências e contatos profissionais.
Twitter/ X (twitter.com)	O <i>Twitter/X</i> ficou famoso por ser a rede de 140 <i>caracteres</i> – agora com limite de 280 – e atualizações em tempo real exibidas para o usuário, com a ideia de ser um SMS da internet, seu foco é puramente na troca de dados instantânea. Possui dois recursos que o popularizam muito essa rede: os <i>Trending Topics</i> (TT's) ou assuntos do momento mais comentados pelo <i>Twitter/X</i> , podendo ser filtrados por região; e as <i>hashtags</i> que são descritores de assuntos, que geram as listas de TT's.

Fonte: Adaptado de Sena, 2021, p. 21-22.

A interação humana nestas redes tem crescido exponencialmente na última década, o que corrobora com a relação existente entre atores humanos e não humanos, onde usa-se a rede mundial de computadores para promover o ambiente da interação humana. Essa abordagem rompe com a visão tradicional que considerava a sociedade e a tecnologia como

entidades separadas e distintas, destacando que elas estão inseparavelmente entrelaçadas em uma rede contínua de relações. Isso significa que as tecnologias não são apenas ferramentas neutras usadas pela sociedade, mas sim atores que têm um papel ativo na construção e reconfiguração das relações sociais (Nasser; Egler, 2023).

2.2 Políticas de Informação e Internet

A era da informação digital transformou consideravelmente a forma como as pessoas e as comunidades consomem informação, se comunicam e geram conhecimento. Neste contexto, as políticas e infraestrutura de informação são fundamentais para estabelecer e garantir acesso à informação, através de dispositivos digitais (mídias e dispositivos digitais) em um mundo cada vez mais conectado.

As discussões relacionadas com políticas e infraestrutura de informação digital denotam a importância sobre o impacto no contexto social e econômico das comunidades, onde existe uma necessidade emitente de acesso à informação. Segundo Ogécime e Moura (2018), a própria classificação e denominação da sociedade da informação é controversa, pois apoia-se nos vieses econômico, político e social para propor ações no contexto de acesso à informação para as práticas, dinâmicas sócio-organizacionais e políticas.

Os recursos tecnológicos de informação e comunicação passam a ser fundamentais, quando se relacionam com o desenvolvimento territorial e social. Segundo Kerr Pinheiro (2014), a existência das novas arquiteturas de gestão e de informação levou à economia da informação a considerar as trocas imateriais de informação como mola propulsora para o desenvolvimento social e, partindo-se desta premissa, a cada contexto geracional surgem e surgirão tecnologias disruptivas que afetarão o modo como a sociedade consome e consumirá informação.

Diante o atendimento das necessidades econômicas, sociais e políticas o uso dos recursos e serviços de informação são fundamentais para o gerenciamento estratégico do estado e das organizações de um modo geral (Ogécime; Moura, 2018). Com isso, a inserção da política de informações é fundamental para o andamento dos atores engajados no desenvolvimento social na sociedade globalizada. “Diante do desafio de necessidades de apropriação, acesso, disponibilidade, uso da informação e sua comunicação” (Ogécime; Moura, 2018, p. 11), se faz necessário a implementação de marcos regulatórios eficazes, capaz de promover mudanças sociais significativas com o uso de novas tecnologias, recursos e sistemas de informação eficientes.

“O modelo de capitalismo industrial (monopolista) que se desenvolveu ao longo do século XX, sobretudo no pós-guerra, proporcionou a estrutura necessária para que a informação, o conhecimento e a cultura fossem produzidos, utilizados e organizados da forma que conhecemos hoje, como

instrumentos de poder político e econômico de tipo particular. A internet é fruto também desse processo histórico, constituindo-se em espaço de convergência para toda a produção cultural industrializada, para o comércio em geral e também para os indivíduos e grupos sociais, como grande plataforma de comunicação” (Bolaño; Vieira, 2014, p. 75).

Na sociedade atual, é necessário observar além das leis e regras estabelecidas pelas políticas de informação, mas também observar se elas estão a serviço ou não do poder. Por isso, é fundamental analisar os elementos constituintes deste contexto: os atores envolvidos, as práticas sociais e o ambiente informacional “para quem e por quem essas políticas são construídas” (Kerr Pinheiro, 2014, p. 35).

Segundo Souza (2007, p. 69), a política pública é o “corpo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação”. A política social, por sua vez, trata das consequências proporcionadas pelos fatos políticos. No nosso entendimento, a política não está somente na decisão, intenção ou consolidação de ações governamentais com o intuito de firmar alianças para se debelar forças contrárias a geração de valor para a sociedade.

Falar em política na perspectiva da Ciência da Informação vai além do repertório da lógica e objetividade. Trata-se de repensar o cotidiano, considerando os interesses, intencionalidades, subjetividades, ilações, supressões e omissões dos atos de cada cidadão e suas representações. Em amplo espectro, a política é uma questão que envolve diversos atores governamentais e da sociedade, e seu estudo compreende interfaces pouco conhecidas. Muitas são latentes, não-manifestas apesar da ampla possibilidade de se fazer uso de meios de comunicação atomizadas, isto é, que estão ao alcance do cidadão dito comum.

Posto o conceito, é importante frisar que medidas e políticas são necessárias, mas incapazes de garantir o acesso equitativo e inclusivo à informação. Permeiar o acesso e o compartilhamento de informações envolve mais do que o desenvolvimento de redes de comunicação, a implementação de tecnologias de comunicação ou a criação de sistemas de informação eficientes e interoperáveis. A alfabetização informacional implica em promover iniciativas que empoderem os cidadãos a se inserir criticamente, refletindo sobre o ciclo informacional, e as possibilidades integrativas de se dar vazão a sentidos e sentimentos, que perpassam a lógica econômica do poder que controla as vias produtivas.

3 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo de natureza qualitativa, com base na revisão da literatura e na análise documental. Analisou-se no período de março a maio de 2023, trabalhos científicos publicados na área de Ciência da Informação e tecnologias sociais para Internet com base nos repositórios da área, a exemplo da Base de Dados em Periódicos em

Ciência da Informação – BRAPCI, periódicos publicados nos Anais das edições do ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e na Biblioteca Eletrônica Científica *On-line* – Scielo Brasil, utilizando-se como palavras-chave: redes sociotécnicas, acesso à informação e política de internet. A pesquisa visou obter resultados que evidenciavam a relação existente entre a utilização da Internet como meio de acesso à informação em redes sociotécnicas. Privilegiou-se os trabalhos publicados nos últimos 10 (dez) anos, sendo identificados 16 (dezesesseis) artigos/periódicos e 1 (uma) dissertação de mestrado.

4 Resultados

Nas últimas décadas, houve avanços na regulamentação da política de estado de informação, na legislação sobre direitos autorais, privacidade, proteção de dados, liberdade de expressão e outras questões que afetam a produção, o acesso e o uso da informação. No entanto, infelizmente, o desejo de tornar as políticas mais do que um dever do Estado não acompanhou o mesmo ritmo. Deve-se encará-las como uma expressão contínua da sociedade civil, buscando ampliar o círculo da Ciência da Informação, que ainda é restrito e de interesse exclusivo para especialistas.

O esforço legislativo não é simétrico em relação à participação dos cidadãos, assim como o papel dos diferentes níveis federativos na salvaguarda, implementação e acompanhamento dos instrumentos de gestão informacional não é equilibrado. A forma de compartilhar informações é um ponto recorrente no debate, mas é necessário olhar além do que as normas, regimentos, portarias, decretos e leis estabelecem.

Acreditar que a falta de um conjunto abrangente de leis e dispositivos é a única questão a ser resolvida em relação ao acesso e segurança da informação é simplório e simplista. Da mesma forma, isolar vozes, a exemplo de instituições de pesquisa, como os únicos responsáveis pelas falhas e providências a serem tomadas é limitar o potencial libertador que a Ciência pode exercer na sociedade. A ampliação da quantidade de leis ou sua sofisticação seria um erro, pois preservaria o um poder descendente, ignorando a multivocalidade, que emana tanto do produtor da informação quanto das estruturas que dão forma e vida às ideias e princípios de valor universal, atemporais e inquantificáveis em termos de preço ou relevância.

A informação deve ser entendida não apenas na perspectiva das autoridades que fornecem, mantêm e garantem o dever do cidadão em obter conhecimento. A sociedade como um todo deve compreender o direito de cada indivíduo, seja ele um profissional da Ciência da Informação ou um cidadão sem conhecimento especializado, de se tornar um agente ativo na produção e disseminação do conhecimento, assim como na vivência da realidade política que esses processos envolvem. Nesse sentido, o cientista deve ser visto como um ator social

engajado, articulador, questionador, a serviço de um coletivo. Essa é a essência do trabalho contemporâneo e seu papel na rede sociotécnica estabelecida.

A Ciência da Informação é um repertório sofisticado de articulação da memória e da expressão do conhecimento em várias instâncias, e as vias regulamentadas no momento são apenas algumas das que podem ser exploradas, sem limitar ou esgotar os recursos a serem aproveitados. A informação é o princípio de toda expressão e significado compartilhados por um grupo social em um contexto complexo.

Um dos aspectos a serem enfatizados nesse sentido é o papel do profissional como infomediário, um articulador de saberes, sentidos e locuções, cujo papel corresponde a um coprodutor solidário e colaborativo da rede na qual está imerso. O clamor do fazer científico deve ser engajado, direcionado para abranger harmoniosamente outros atores, sem privilégios ou restrições de ação, a fim de defender a liberdade e proteger os direitos universais da humanidade. Por sua vez, os movimentos nas comunidades políticas e organizacionais, devem respaldar essa corrente, dando prioridade à experiência do cidadão comum com a informação como uma experiência viva e multidimensional.

Levando em consideração a cultura e suas nuances regionais, é responsabilidade do cientista assumir a vanguarda e antecipar situações críticas que comprometam o acesso, a preservação e a segurança do conhecimento, ampliando não apenas sua própria dimensão de cidadania, mas também a de outros membros da sociedade civil. É necessário repensar o coletivo de forma colaborativa, inclusiva e equitativa, proporcionando espaço, voz e capacidade aos agentes para melhorar os processos. O fazer científico deve ser capaz de propor estruturas que incentivem a apropriação de novos saberes, observando os limites legais quando estabelecidos como exceção e não como regra.

Nesse contexto, o cientista influencia proativamente seu ambiente. Ele atua como agente de transformação, participando de iniciativas que beneficiam a interlocução com outros profissionais, departamentos nas organizações e segmentos da sociedade. Na Ciência da Informação, significa ir além da guarda de fragmentos de história, que apesar de sua inestimável importância, desperta pouco interesse em larga escala. O profissional engajado entrelaça discursos e caminhos, sendo responsável por preservar, manter acessa e propagar a centelha do conhecimento e dos sentidos.

Não obstante, relacionar os atores da rede sociotécnicas é fundamental quando relacionamos o acesso à informação pelas vias da rede mundial de computadores. De acordo com a literatura pesquisada, observou-se marcos regulatórios e políticas para Internet que se baseiam em três princípios fundamentais, a saber: a neutralidade da rede; a liberdade de

expressão e a privacidade. Tais princípios estão configurados no Marco Civil da Internet. A tabela 2 apresenta a seguir as principais características destes princípios.

Tabela 2 – Princípios Fundamentais do Marco Civil da Internet

Princípio	Característica	Aplicabilidade
A garantia da neutralidade da rede	busca, sobretudo, a democracia do acesso à internet, discorrendo sobre a impossibilidade dos operadores de serviços de privilegiar determinado conteúdo em detrimento de outros;	diferenciar a velocidade com que as informações trafegam na rede; Impede que provedores conexão de rede cobrem valores diferentes dos usuários em função do que acessam.
A garantia da privacidade do usuário	dispositivo legal que protege os dados dos usuários que fazem uso dos serviços de provedores de acesso à Internet.	Determina que provedores e sites não podem usar dados dos usuários com fins comerciais, mas têm que guardar esses dados por pelo menos seis meses.
A garantia da liberdade de expressão	garante o direito das pessoas de manifestarem sua opinião e pensamento na rede.	Os conteúdos publicados só podem ser retirados com autorização do autor ou com ordem judicial e os provedores de acesso e de serviços não podem ser responsabilizados pelo que os usuários publicam.

Fonte: Adaptado de Jorente *et al*, 2016.

É importante destacar neste trabalho o Marco Civil da Internet no Brasil, que foi instituído em 2014 por meio da Lei nº 12.965/14. Este documento foi objeto de estudo e análise na literatura pesquisada, e destacou-se como fator primordial para o desenvolvimento e uso da Internet no Brasil. Resultado de discussões exaustivas com diversos atores do setor, o legislativo brasileiro e outras redes colaborativas, o Marco Civil da Internet foi concebido com uma intenção de regulamentar o uso da Internet, garantindo seus princípios fundamentais.

Com base nos dados da pesquisa, constatou-se a escuta da promulgação desta Lei, que regula a Internet de forma ampla e irrestrita, assegurando a liberdade de expressão, a privacidade dos usuários e a neutralidade da rede (Jorente *et al*, 2016).

5 Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar os princípios teóricos acerca da utilização da Internet como meio de acesso à informação em redes sociotécnicas. Constatou-se da importância de se ter políticas para o acesso à informação através da Internet e que as redes sociotécnicas podem

ser um ambiente favorável para tal. É importante destacar a interação social presente nas redes constituídas, principalmente pelo uso das redes sociais digitais (mídias sociais), pois as pessoas conectadas incentivam informações, colaboram e se comunicam através das tecnologias de comunicação.

Constatou-se também que as tecnologias de informação fornecem ferramentas, plataformas e mídias que permitem o acesso à informação, através da Internet e que o compartilhamento de informação presente nas redes sociotécnicas promove conhecimento, experiências e recursos relevantes para o interesse de grupos distintos. Assim, verifica-se mais uma vez que as redes sociotécnicas são sistemas complexos e adaptativos, pois são promovidas pela estrutura dinâmica da internet, bom como pelas políticas de acesso à informação, agregando-se também sua infraestrutura. Elas estão em constante evolução e podem se transformar com base nas contribuições dos atores humanos e não humanos, e nas mudanças dos contextos sociais e tecnológicos.

Conclui-se com este estudo que, existe uma necessidade de se ter uma arquitetura e/ou uma infraestrutura adequada para a concretização das redes sociotécnicas, com políticas públicas para acesso e uso da informação e comunicação eficazes para atender a uma demanda contemporânea, como preconiza a Constituição Federal de 1988. Só assim, pode-se construir com equidade redes sociotécnicas potentes com o auxílio da Internet e seus dispositivos digitais.

Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão das interações entre redes sociotécnicas, acesso à informação e políticas de internet, para identificação de estratégias e políticas mais eficazes que promovam acesso igualitário e livre à informação na sociedade contemporânea. Além disso, espera-se que este estudo forneça *insights* para formuladores de políticas, pesquisadores e profissionais que trabalham no campo da Ciência da Informação e da governança da internet.

Referências

Araújo, R. F. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. **DataGramZero**, v. 15, n. 3, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8239> Acesso em: 17 abr. 2023.

Bolaño, C. R. S.; Vieira, E. S. Economia política da internet e os *sites* de redes sociais. **Revista Epic online**. v. 16, n.2, p. 71-88, maio-ago./2014. Disponível em: Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/154559> Acesso em: 16 maio 2023.

Jesus, M. de S. de; Simeão, E. L. M. S.; Martins, W. de J. Rede sociotécnica na governança de políticas públicas: o contexto da comunicação extensiva. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21,n.1, p. 17-26, dez./mar., 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1053/pdf> Acesso em: 19 mar. 2023.

Jorente, M. J. V.; Nakano, N.; Silva, T. C. da; Batista, L. da S. O Marco Civil da Internet e a Ciência da Informação: uma discussão sobre os *softwares* livres AtoM e Archivematica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3688> . Acesso em: 03mar. 2023.

Kerr Pinheiro, M. O processo de construção de políticas de informação. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Medeiros, Z.; Ventura, P.C.S. Cultura tecnológica e redes sociotécnicas: um estudo sobre o portal da rede municipal de ensino de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 1, p. 63-75, jan./abr., 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000100005> Acesso em 19 mar. 2023.

Nasser, R. M. N.; Egler, T. T. C. Redes sociotécnicas, ação social e democracia na *Ciberpólis*: reflexões sobre a hibridização do espaço, o desenvolvimento do capitalismo de vigilância e as subjetividades. **Plural**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 23-42, 2023. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2023.206625. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/206625> Acesso em: 5 jul. 2023.

Ogécime, M.; Moura, M. A. Políticas de informação para a sociedade da informação e do conhecimento: elementos constituintes, dimensões e análise na perspectiva da ciência da informação. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1245/1638 Acesso em 08 mar. 2023.

Sena, A. D. de. **As redes sociotécnicas de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22122> Acesso em: 8 abr. 2023.

Silva, P.; CerqueiraBarbosa, J. Das redes sociotécnicas e à cartografia de controvérsias na educação. **CIET:EnPED**, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/244> Acesso em: 02 jul. 2023.

Souza, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

Zuboff, S. A descoberta do *superavit* comportamental. In: Zuboff, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.